



## EDITORIAL

### Ensino Médio, Cidadania e Mundo do Trabalho

Hélio Camilo Rosa<sup>1</sup>

Geraldo Balduino Horn<sup>2</sup>

A Educação brasileira passou por várias reformas ao longo dos diversos períodos históricos, fruto de concepções político-ideológicas, educacionais e interesse governamentais de cada momento. Não é nosso intuito aqui, discutir tais reformas e mudanças na legislação educacional durante o Brasil Colônia, Império e/ou República, mas é fato que, mesmo em momentos históricos diversos a educação brasileira foi norteada por princípios e finalidades ligadas ao mundo do trabalho e à formação cidadã, como descrito no Artigo 2º da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

De acordo com a LDB a educação escolar se compõe em dois níveis, conforme ilustrado nos itens I e II do Artigo 21: “I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior”. Diante desse quadro de reformas legislativas e mudanças nas concepções educacionais, podemos nos perguntar, se houve/há efetivamente, essa articulação entre cidadania e mundo do trabalho no Ensino Médio da educação brasileira?

Há nas diretrizes e orientações curriculares o entendimento que a educação básica, principalmente a de nível médio, desempenha um papel essencial na formação

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela UFPR. Mestre em História pela UDESC e Licenciado em Filosofia pela UFSJ. Pesquisador do NESEF-UFPR. Professor de Filosofia do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG. E-mail: helio.rosa@ifnmg.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia e História da Educação pela USP. Professor do PPGE-UFPR e Coordenador do NESEF- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Educação Filosófica/Ensino de Filosofia. E-mail: gbalduino.ufpr@gmail.com



de jovens e adultos. Este fato é comprovado pelas legislações vigentes em nível federal, estadual e municipal, quando ela afirma que ao concluir esse nível de ensino os jovens e adultos estarão preparados para o mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania.

Logicamente, o debate político-pedagógico tem contribuído e muito para ampliar o número de instituições públicas de ensino: escolas municipais, estaduais, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Universidades. Além disso, criou programas que permitiram o acesso e a permanência nessas instituições de ensino.

Contudo, mesmo havendo avanços, permaneceram algumas limitações, isto é, determinadas políticas públicas não alcançaram efetivamente seus objetivos, por exemplo, ampliação do acesso não garantiu automaticamente a permanência e nem êxito dos jovens e adultos nas instituições de ensino. Houve pouco investimento na estrutura física das escolas, na formação de professores e construção de um plano de carreira dos mesmos. Nesse sentido, há no Brasil ainda enormes contradições; enquanto algumas escolas possuem equipamentos modernos, ampla biblioteca e salas climatizadas, outras não possuem sequer banheiros adequados, faltando de tudo um pouco. Assim sendo, uma parcela da população de jovens e adultos são cerceados das oportunidades de ter acesso a uma educação que garanta o mínimo estabelecido por lei, ou seja, formação cidadã e profissional, tornando-os incapazes de enfrentar os desafios tecnológicos do mundo atual.

A educação e o trabalho são elementos inerentes à existência humana, ao longo da história das sociedades divididas em classes, a exemplo do Brasil, grande parte dos indivíduos estuda trabalhando, enquanto os filhos dos ricos, dada suas condições materiais, usufruem de todos os benefícios que a escola lhes proporciona. Embora a escola já existisse antes, ela é fruto da sociedade capitalista moderna, que ampliou a divisão e as contradições na produção e distribuição do conhecimento. Segundo Saviani, na sociedade atual a educação escolar é forma dominante, nesse sentido, “a contradição entre classes marca a questão educacional e o papel da escola”, há a escola das elites destinada à formação intelectual e a escola das massas para a formação básica e profissional.

De fato, a educação no Ensino Médio tem se voltado para o profissionalismo, o que pode ser verificado claramente no programa educacional implementado pela lei N °



13.415/2017, denominado de “Novo Ensino Médio” (NEM). O objetivo principal é a flexibilização do currículo para preparação para o mercado de trabalho, além de propor melhorias na gestão e valorização da formação de professores. A ideia é preparar os estudantes focados em seus interesses profissionais através dos novos arranjos curriculares. A tese central é que os estudantes escolham seu projeto de vida de acordo com os Itinerários Formativos mais alinhados a seus interesses e aspirações profissionais.

Construído por meio dos discursos do profissionalismo e preparação para o mundo do trabalho e formação cidadã, o NEM cumpre sua função, pois produz e reproduz as desigualdades sociais. Escolas rurais, das áreas periféricas dos grandes centros urbanos e das regiões de difícil acesso serão as mais afetadas por falta de estrutura física, ferramentas tecnológicas adequadas, livros, materiais didáticos, professores capacitados, dentre outros. O próprio poder público amplia a divisão entre escola para formação da elite e escola para a classe trabalhadora alargando as fronteiras entre dominantes e dominados.

Ao diagnosticarmos os impactos iniciais do NEM, previsto para ser implantado desde 2022 em todas as escolas públicas e privadas do país, percebemos os problemas e os dilemas provocados por um projeto de tamanha complexidade. De um lado, as escolas privadas em sua maioria não implantaram efetivamente o “Novo Ensino Médio”, de outro, os Conselhos Estaduais de Educação, responsáveis por adotar a metodologia aplicada nas escolas, não analisaram profundamente as necessidades e realidade de cada região, nem as estruturas de cada instituição escolar e a disponibilidade de vagas ofertadas por cada sistema de ensino.

Houve implementação desigual entre escolas e as diversas regiões do país, isso prejudicou principalmente os estudantes de baixa renda, tirando-lhes o direito de escolha, pois não possuindo condições para deslocar para outra cidade onde serão ofertados os itinerários de seu interesse terão que cursar os únicos itinerários oferecidos na escola da cidade. Tais questões evidenciam a imensa desigualdade na educação brasileira, não levando em conta as escolas situadas nas regiões e cidades mais desenvolvidas economicamente em detrimento às escolas situadas nas regiões menos desenvolvidas e de difícil acesso, enquanto as primeiras conseguem ofertar diversos



itinerários, a demais, afetadas pela falta infraestrutura e escassez de recursos humanos e tecnológicos, nem sequer oferecem um itinerário de maneira adequada.

Essa desigualdade educacional, manifestada na implementação do Novo Ensino Médio, contribui para a continuidade de uma educação antidemocrática, perpetuando as desigualdades entre as classes, e questionamos a qualidade efetiva dessa educação. Embora, encontramos um discurso teórico na BNCC que articula a defesa por um “Novo Ensino Médio” calcado nos princípios da cidadania, trabalho, ciência, cultura e a tecnologia, podemos perceber a ausência adequada de uma formação cultural e científica nesse nível de ensino, por meio dos chamados itinerários formativos e projetos de vida, excluindo os estudantes dos seus plenos direitos. Os itinerários calcados nos projetos de vida, no empreendedorismo e na gourmetização do ensino, cujo objetivo central é a preparação imediata para o mercado de trabalho, nega aos jovens e adultos estudantes os plenos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade.

O NEM, ao propor os novos arranjos curriculares mantém a clássica divisão entre trabalho manual e intelectual, uns destinados a atividades laborais que exigem conhecimentos práticos e técnicos, enquanto outros, uma minoria, as atividades que exigem conhecimentos teóricos. O que percebemos é que as escolas, por meio do “Novo Ensino Médio”, transformaram-se em centros de preparação para o mercado de trabalho, oferecendo cursos básicos, tais como: aprender a fazer bolo de pote, brigadeiro, computação, empreendedorismo nas redes sociais, etc. Assim sendo, nega aos estudantes os conhecimentos científicos básicos para acesso ao nível superior.

No NEM o trabalho não se caracteriza como princípio educativo, mas apresenta como caráter profissionalizante, necessários a suprir as demandas imediatas do Mercado. Nesse sentido, foge a concepção de educação defendida por diversos pesquisadores da educação (Saviani; Civiatta; Ramos) baseada nos pilares da cidadania, trabalho, ciência, cultura e a tecnologia, a educação básica, essencialmente o Ensino Médio, necessitam ser norteados por esses quatro princípios educativos.

Partindo da perspectiva gramsciana da escola unitária, a educação pública não pode separar formação profissional, técnica, prática de uma formação teórica e científica. Havendo uma formação geral, aliando a capacidade para o trabalho prático e

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação  
filosófica, científica e tecnológica.

intelectual, onde os estudantes, jovens e adultos sejam capazes de compreender os conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade, e que esses conhecimentos possam transformar de maneira efetiva sua vida.

O trabalho é para Gramsci o princípio educativo da classe proletária, por isso deve se articular a cultura, a ciência e a política. A escola, enquanto instituição pública, necessariamente deve priorizar a formação integral dos estudantes, desenvolver as potencialidades de cada indivíduo, tornando-os autônomos, críticos e criativos e capazes de ocupar funções centrais na sociedade, um intelectual orgânico que compreenda seu papel enquanto cidadão/cidadã e trabalhador/trabalhadora detentor dos conhecimentos científicos e culturais